

Perdeu-se muito ao levar a capital para Brasília DF

Paulo Vellinho (*)

Certo-mente, todo fundamento da posição muitas vezes crítica do empresário, com relação ao governante, reside na total diferença de postura que preside suas decisões e atos em contraposição àquela do governo. Para os empresários, a decisão de implantar nova unidade industrial, ou mudar as suas instalações para outra área, talvez mais conveniente, reside na análise de viabilidade econômica, na avaliação do investimento e seu correspondente retorno. Seria um suicídio mudarmos, por exemplo, uma fábrica relativamente rentável, uma vez verificado que tal mudança significaria investimento pesado, com capital de empréstimo e baixo retorno ou até nenhum retorno. Alguém que adotasse tal mudança, a despeito de conhecimento dos resultados, poderia levar a empresa à falência e, por certo, seria decapitado pelos acionistas, na verdade, os donos da empresa.



Podem mudar as proporções e algumas características, mas, basicamente, o que se fez com o Brasil na década de 50 foi, a rigor, isto.

Construiu-se nova capital sem prestar atenção às coisas elementares para adotar tal decisão, pois se gastou o que não se tinha e continuou-se a gastar o que não se podia num programa sem prioridade, imobilizando recursos tradicionalmente escassos até e principalmente para as reais necessidades. Endividou-se o País, empobreceu-se a sociedade, esqueceu-se de que o homem e suas necessidades básicas devem ser o principal objetivo nacional. E, com isto, conseguiu-se inaugurar a nova capital, em abril de 1961, com aplausos da sociedade conduzida

na. Lá fora, homens responsáveis deslumbravam-se não com a realização mas sim com a nossa imprevidência que, em vez de aplicar nas reais prioridades da Nação, postergava a viabilidade de possuímos um país desenvolvido não em termos econômicos mas, especialmente, em sociais.

Entretanto, a história de Brasília não terminou, aí, e, desde a inauguração, começou-se a construir, sob a sua idéia megalomaniaca, toda uma seqüência de distorções e de ônus cada vez mais insuportáveis para uma sociedade pobre. E, enquanto se tecem louros a Brasília e a sua beleza plástica, anda o País de joelhos pelo mundo a fora para enfrentar os inconvenientes e as agruras de sua dívida externa, cuja origem tem uma parcela originada na massa de concreto e asfalto implantada no Planalto Central.

Enquanto isto, no panorama interno, nos deparamos com a luta cruel do combate à inflação, cuja origem, a bem da verdade, remonta à época quando damos a entender à sociedade que o orçamento público é uma bobagem, que gastar além do que é possível é ato de cora-

gem e que a emissão é apenas uma decisão de acionar a máquina de impressão, sem que todas estas operações tenham reflexos nas finanças e na economia nacional. Justificar Brasília pela necessidade de ocupar o Oeste brasileiro é tema para discussão.

É preciso ter em mente que a migração do homem sempre se faz por um motivo forte que o induz a trocar o seu "status quo" por algo diferente e melhor. Emigrar ou migrar são atos de coragem de homens e mulheres desprendidos e ousados que não hesitam em romper laços sentimentais de família para buscar novos horizontes. Assim pelo menos nos mostra a história da colonização do Brasil e do mundo. E as migrações quase sempre se fizeram em termos espontâneos, assumindo o homem o ônus do risco de, assim procedendo, alcançar uma vida melhor.

Obviamente, Brasília, para ser povoada, contou inicialmente com um núcleo de pessoas em busca de oportunidade de trabalho. Gente simples, técnicos e engenheiros, que, ao assumirem as conseqüências de sua decisão, foram felizes e se integraram na história de Brasília. Evidentemen-

te, a obra suntuária de Brasília, com seus palácios, hotéis e residências, pouco significaria se não fosse transferida, também, a administração federal, e, para efetuar a mudança de uma comunidade estabilizada, ofereceram-se condições excepcionais aos novos residentes, tais como os famosos apartamentos funcionais e respectivo acréscimo sobre o salário previsto em lei, inerente à transferência de domicílio. E assim passou-se a povoar Brasília com novos contingentes humanos vindos de todos os cantos do País, perenizando-se os incentivos por conta do erário público e não do bolso próprio, como a exemplo dos primeiros habitantes, e instituindo-se, daí em diante, a febre pelas vantagens da mudança. Em conseqüência, a cidade projetada por Lúcio Costa e Niemeyer para uma população de 500 mil pessoas, no fim do século, já no final da década de 70 contava com 1 milhão de almas. Em conseqüência, prossegue a construção de novas residências, de novas infra-estruturas, absorvendo, cada vez mais, recursos de nosso esqualido Tesouro, com pesado ônus para a sociedade brasileira.

É claro que ao homem que se mudou para Brasília não cabe nenhuma crítica, mas, ao contrário, deve ele ser considerado audaz e corajoso, que trocou o seu habitat por outro e cuja adaptação realmente se constitui numa tarefa difícil.

Hoje, Brasília é uma realidade. No entanto, devemos parar por onde estamos e fazer com que o seu crescimento, daqui para frente, ocorra por meios naturais. Nesse sentido, cabe cortarmos definitivamente o umbigo vital que une hoje Brasília à sociedade brasileira, que responde pelo alto custo de seu artificialismo.

Já é tempo de programarmos sua auto-suficiência, instrumentando-a via tributo de receita necessária capaz de ordenar os seus passos daqui para a frente, vendendo a todos os seus usuários os apartamentos funcionais, evitando que a medida prossiga, como até aqui — a sua manutenção à custa da Nação. E tudo isto deve ser feito com a maior urgência para dispormos, anualmente, de mais recursos federais para outras necessidades tão importantes e prioritárias da Nação.

Assim, Brasília seria uma

cidade mais realista, sem as vantagens artificiais que a transformam, na minha opinião, em "Ilha Feliz", longe das áreas de produção, das áreas-problema e das favelas do Rio, de São Paulo, de Porto Alegre e de Recife e do Brasil que pulsa e que sofre, impedida, portanto, de compreender a verdadeira realidade nacional.

Enquanto estamos propondo um esquema para desobrigar a sociedade brasileira do ônus que Brasília lhe impõe, para o bem do Brasil temos de continuar a conviver com o fantasma da velha capital federal do Rio de Janeiro, onde os antigos ministérios e todas as entidades ligadas direta ou indiretamente ao poder público concentram-se numa população de homens e mulheres que tentam com honestidade justificar sua função, para, assim o fazendo, dar sentido a sua vida profissional. Na verdade, o Brasil está mantendo hoje duas capitais. Uma de fato e de direito, Brasília, e a outra, o Rio, tem ainda os contornos de capital, muitos ônus de uma capital, mas que não é capital.

(*) Líder empresarial gaúcho, presidente do grupo Springer.

a acreditar, pela má propaganda, que o Brasil via Brasília estava a mostrar ao mundo seu potencial, bem como, com tal iniciativa, sua capacidade e coragem de empreender. Mal sabia o povo brasileiro que a glória era apenas nacio-